

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0086-11, DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

Altera a Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, devido a excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 1º DE AGOSTO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0086-11, DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando à V.Sras., o anteprojeto de lei buscando autorização para alteração da Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2010, que autorizou a contratação temporária de veterinário, pelo motivo de excepcional interesse público.

Este anteprojeto tem o escopo de efetivar a fiscalização sanitária e inspeção municipal em estabelecimentos destinados ao abate de animais e derivados no Município de Itaqui, através do SIM-Sistema de Inspeção Municipal.

O alteração visa a regularização na situação fortuita causada pela insuficiência de profissionais no quadro de cargos do Município, para a realização da inspeção municipal e fiscalização de abates nos estabelecimentos locais.

O Município conta atualmente com 02 (dois) médicos veterinários, constantes no quadro de cargos de provimento efetivo, sendo que ambos estão com atuação específica dentro de cada Secretaria, estando lotados na Secretaria de Saúde e de Agricultura.

Devido a grande demanda interna no consumo de carne e derivados, sendo grande parte dos abates encaminhados para outros municípios, com a geração de aproximadamente 30 (trinta) empregos diretos e indiretos, a falta na prestação dos serviços prejudicará diretamente a comunidade local.

A Contratação Temporária realizada através da Lei Municipal nº 3.700, de 29 de dezembro de 2010, que tinha o prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, finda no dia 02/08/2011, sendo que o Concurso Público Municipal está em via de implementação.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Com isso se faz necessária a alteração da Lei Municipal nº 3.700/2010, a fim de prorrogar o contratação por tempo determinado.

Assim, se inexistir a contratação temporária, a comunidade será atingida pela inexistência do serviço, sendo que o abatedouro existente no Município e outras atividades que necessitam de fiscalização sanitária ficarão sem condições de fiscalização e de funcionar regularmente, cessando os abates e prejudicando o comércio varejista local.

Em face do evidente interesse público que a proposição encerra, solicitamos a apreciação do presente projeto de lei pelos ilustres pares desta Casa.

Estas são as razões que justificam o presente anteprojeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 1º DE AGOSTO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito